

# Capítulo 5

## De repente, mãe: narrativas de mães universitárias no interior da Bahia

*Andressa Lucas Salles  
Leticia Santos Azevedo  
Gerson dos Santos Farias  
Fabiana Correia Moura*

### Introdução

A inserção no ensino superior constitui uma das principais estratégias de crescimento social, pessoal e profissional, especialmente para as mulheres, para as quais a universidade pode representar a ruptura com desigualdades de gênero historicamente impostas. Nesse sentido, a instituição universitária assume papel fundamental como espaço de suporte à ascensão pessoal e profissional feminina.

Sob a perspectiva dos estudos de gênero, a maternidade é compreendida como uma construção histórica e cultural, marcada por relações de poder que atribuem às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado (Mestre; Souza, 2021). Assim, a maternidade ultrapassa o âmbito biológico e se inscreve em contextos sociais, culturais e afetivos que impõem obrigações socialmente construídas às mulheres (Paim, 1998 apud Oliveira, 2008). Diante disso, o estudo busca compreender os desafios enfrentados pelas mães estudantes do curso de Pedagogia na conciliação entre maternidade e vida acadêmica.

Esta produção é um recorte de relatório de pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, cuja pesquisa teve como objetivo refletir sobre os desafios enfrentados por mães universitárias para a permanência no ensino superior, analisando de que modo a ausência de políticas de acolhimento, respeito e permanência impacta suas trajetórias acadêmicas. A temática emerge da experiência de vida de uma das autoras, mãe e egressa do curso de Pedagogia da UESB, campus de Itapetinga, atravessada pela perspectiva da escrevivência que também atravessa a vida das autoras envolvidas na composição deste capítulo de livro, bem como seus interesses de pesquisa.

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, orientado pela escrevivência (Evaristo, 2020), enquanto ferramenta teórica que circula desde as escritas de si ao caminhar da pesquisa na constituição coletiva dos dados. O estudo foi localizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Itapetinga. As participantes foram duas estudantes mães do curso de Licenciatura em Pedagogia, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise fundamentou-se nas narrativas das participantes e em levantamento bibliográfico, com destaque para Beauvoir (1980), hooks (2006), Pedro e Luz (2021), evidenciando os impactos da maternidade na formação acadêmica dessas mulheres diante da ausência de assistência e políticas públicas institucionais.

Escrevivência é um termo criado por Conceição Evaristo que utiliza a experiência pessoal da autora — enquanto mulher negra, mãe e pesquisadora — como parâmetro para

problematizar preconceitos e dar voz a grupos historicamente silenciados (Silva, 2022). Essa metodologia transforma vivências individuais em narrativas que refletem experiências coletivas de mulheres, rompendo com o padrão acadêmico tradicional e fortalecendo a produção de conhecimento a partir de múltiplas vozes (Machado; Soares, 2017).

O método da escrevivência possibilita construir um espaço de fala em que experiências particulares se conectam a experiências coletivas, sem intenção de comparar realidades, mas de evidenciar dificuldades comuns (Evaristo, 2020, apud Silva, 2022).

Aliado à escrevivência, empregamos a abordagem qualitativa para incorporar visões subjetivas e depoimentos das participantes, respeitando suas particularidades e evidenciando desafios compartilhados (Minayo, 2012). Dessa forma, a pesquisa valoriza e dá voz às mães universitárias, permitindo que suas experiências de resistência e superação na universidade contribuam para a produção de conhecimento relevante e socialmente engajado.

## **Mulheres, mães e universitárias**

O ser humano, desde o seu nascimento, nasce por intermédio de uma rede de apoio feminina, na qual se inspira, seja mãe, avó, tia, professora, amiga. É nessa rede que, muitas vezes, temos referências dadas por meio da troca de saberes ao longo da vida. Há tempos, é atribuída à mulher a responsabilidade de educar sua prole, como Kitzinger (1978 apud Mestre; Souza, 2021, p. 4) define que “[...] a relação entre mãe e filho é marcada, tradicionalmente, pela responsabilidade da mãe em socializar os filhos conforme os preceitos morais da sociedade e da religião. O que se espera dela é que coloque o filho em contato com o mundo” (2021, p. 4), ou seja, o papel da mulher e mãe está ligado, diretamente, à educação do ser e ao papel dele na sociedade. Mestre e Souza (2021, p. 4) afirmam que essa “‘responsabilidade’ é naturalizada e oculta o caráter moral, social e cultural de um processo de ‘responsabilização’ exclusiva das mães diante do que a sociedade entende como ‘sucesso’ ou como ‘fracasso’ dos filhos”. E essa educação dos filhos é normalmente atribuída, quase que exclusivamente, às mães.

Como afirma Beauvoir (1980, p. 09):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada (Beauvoir, 1980, p. 09).

O ser humano não tem sua identidade definida ao nascer; para Beauvoir (1980), as visões que o indivíduo tem em relação ao corpo feminino são resultados de visões sociais e culturais estabelecidas ao longo das décadas. A essência e a identidade da mulher são moldadas conforme padrões estabelecidos pela sociedade e ela é educada, desde seu nascimento, para ser inferior ao homem e ser subordinada, satisfazendo as necessidades do homem e objetificando seu corpo e nutrindo e mantendo esse sistema de dominação e opressão.

Ser oprimido significa a ausência de escolhas (hooks, 2016) e, como a sociedade é machista, opressora e dominada pelo patriarcado capitalista, tornar a educação como uma prática de liberdade é cada vez mais essencial para o poder feminino, pois é por meio dela que a mulher sai do contexto de submissão, tendo uma voz libertadora para si e para outras. Nesse contexto de disputa de narrativa, é preciso que haja uma descristalização dentro da história das mulheres, que por muitos anos foram silenciadas, açoiadas e mortas, em diferentes contextos sociais e culturais, em outras palavras, tornar-se mulher é tornar-se resistência.

É necessário pensar que a construção da identidade é uma prática de resistência, é o estágio inicial de uma transformação pessoal, em que começamos a pensar, criticamente, sobre nós mesmas e a criticar nosso contexto social, político e econômico. Como bell hooks (2006, p. 245) sabiamente fala, “[...] no momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que liberam a nós e aos outros”. É esse amor próprio que move barreiras postas pelo patriarcado, é essa práxis libertadora que promove o ecoar de nossas vozes e a visibilidade de nossas existências. A mulher pode ser o que quiser, onde quiser, na hora que quiser; porém, para vencer o patriarcado, não basta apenas força de vontade, precisam-se de saberes emancipadores, atravessados por práticas educacionais libertárias.

## **Ser Mulher: Identidade e Subjetividade**

O processo de emancipação feminina no Brasil é marcado por lutas históricas contra a desigualdade de gênero, apesar de as mulheres representarem a maioria da população. Ao longo do século XX, o movimento feminista foi fundamental para a conquista de direitos civis, políticos e sociais, como o acesso à educação, ao trabalho, ao voto, ao divórcio e ao reconhecimento da igualdade jurídica na Constituição de 1988.

Por meio da luta feminista, ao longo do tempo, as mulheres foram conquistando direitos essenciais. Segundo hooks (2018, p. 23):

A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas. No início do movimento feminista contemporâneo, os grupos de conscientização frequentemente se tornaram espaços em que mulheres simplesmente liberavam a hostilidade e a ira por serem vitimizadas, com pouco ou nenhum foco em estratégias de intervenção e transformação (hooks, 2018, p. 23).

Com isso, por meio do movimento feminista, cria-se um novo olhar para a mulher, para haver um reconhecimento feminino político social. No Brasil, esses direitos foram sendo conquistados aos poucos, com muita luta e resistências.

Em 1827, foi instituída a primeira lei sobre a educação feminina no Brasil, permitindo

o acesso das mulheres às escolas para além do ensino primário, embora com currículos desiguais, baseados na crença de inferioridade intelectual feminina e voltados às atividades domésticas (Westin, 2020). Com a Revolução Industrial, as mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho, iniciando um processo de emancipação marcado por desigualdade salarial. Já em 1932, conquistaram o direito ao voto e à elegibilidade, inicialmente restrito a mulheres casadas com autorização do marido e a viúvas com renda própria, limitação superada pela Constituição de 1934, que estendeu o sufrágio a todas as mulheres. Mas, como afirma Beauvoir (1949, p. 449):

A mulher sustentada — esposa ou cortesã — não se liberta do homem por ter na mão uma cédula de voto; se os costumes lhe impõem menos obrigações do que outrora, as licenças negativas não lhe modificaram profundamente a situação; ela continua adstrita à sua condição de vassala. Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino (Beauvoir, 1949, p. 449).

Embora a conquista do direito ao voto tenha representado um avanço, a mulher permaneceu subordinada à dominação masculina, sendo o trabalho um elemento central para sua emancipação. Nesse processo, destacam-se o Estatuto da Mulher Casada (1962), que garantiu o direito ao trabalho sem autorização do marido, e a Lei do Divórcio (1977), que contribuíram para a redução da dependência feminina. A Constituição de 1988 reconheceu formalmente a igualdade entre homens e mulheres; contudo, as desigualdades persistem na prática, refletidas nas atribuições sociais, no mercado de trabalho e na estabilidade econômica, o que demanda políticas públicas compensatórias.

O acesso das mulheres às universidades ocorreu apenas em 1879, e a universidade configura-se como espaço fundamental para a emancipação intelectual, social e profissional, além de ser um importante *locus* de difusão do pensamento feminista (Reis, 2017; hooks, 2018). Apesar disso, muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para permanecer no ensino superior, especialmente aquelas que conciliam estudos, maternidade e responsabilidades domésticas. Assim, a experiência feminina na universidade revela múltiplas intersecções — sociais, profissionais e familiares — que exigem reconhecimento e acolhimento das diferentes realidades que compõem esse espaço (Pedro; Luz, 2021).

Contudo, tais avanços legais não eliminaram as estruturas patriarcais que mantêm as mulheres em posições de subordinação. O trabalho e a educação, especialmente o acesso ao ensino superior, configuram-se como elementos centrais para a autonomia feminina. Ainda assim, persistem desafios relacionados à permanência das mulheres na universidade e no mercado de trabalho, agravados por desigualdades sociais, responsabilidades domésticas e pela maternidade, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade de gênero.

## **Ser Mulher, Mãe e Acadêmica**

A presença da mulher na universidade é atravessada por desafios de acesso e permanência, os quais se intensificam quando se trata da mulher-mãe. A conciliação entre estudos, maternidade, trabalho e responsabilidades domésticas evidencia a insuficiência das políticas de permanência estudantil voltadas a esse público (Pedro; Luz, 2021). A maternidade, embora socialmente construída como dever feminino, está imersa em relações de gênero e de poder que reforçam a sobrecarga das mulheres e invisibilizam suas necessidades no espaço acadêmico (Beauvoir, 1980; Saalfeld, 2019).

Garantir o bem-estar da mãe universitária é fundamental, considerando que estereótipos como o da “super-mãe” mascaram a sobrecarga cotidiana vivenciada durante a formação acadêmica. As trajetórias dessas mulheres são diversas: algumas interrompem os estudos, outras adiam o ingresso no ensino superior, enquanto há aquelas que resistem e permanecem, mesmo diante da ausência de apoio institucional e de políticas públicas adequadas. Tal realidade evidencia a necessidade de maior incentivo do poder público e das universidades para assegurar condições dignas de permanência.

Embora as mulheres sejam maioria no ensino superior brasileiro e apresentem maiores taxas de conclusão, persistem desigualdades de gênero no mercado de trabalho, como menor inserção profissional, disparidade salarial e dupla jornada entre maternidade e carreira (Yannoulas, 2007; OCDE). Esses dados reforçam que o avanço no acesso à educação não garante, por si só, a igualdade de gênero, sendo imprescindível a construção de redes de apoio institucionais e políticas públicas que reconheçam e acolham a maternidade no contexto universitário (Pedro; Luz, 2021).

A maternidade no contexto universitário intensifica os desafios de acesso e permanência das mulheres no ensino superior, evidenciando a insuficiência de políticas de apoio às mães estudantes. A conciliação entre estudos, cuidado com os filhos, trabalho e responsabilidades domésticas impõe uma sobrecarga significativa, resultante de construções sociais de gênero que atribuem à mulher a maternidade como dever natural. Embora as mulheres sejam maioria no ensino superior, persistem desigualdades estruturais que impactam sua trajetória acadêmica e profissional, especialmente para aquelas que se tornam mães durante a graduação. Nesse sentido, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas e institucionais que garantam acolhimento, permanência e equidade, reconhecendo a maternidade como uma dimensão legítima da experiência universitária.

## **Políticas de permanência para mães universitárias**

O debate sobre o acolhimento de mães na universidade é recente e evidencia a necessidade de um olhar mais atento das instituições frente às desigualdades vivenciadas por essas estudantes, a fim de promover medidas de equidade e garantir sua permanência acadêmica. Sob a perspectiva feminista, a maternidade é compreendida como uma construção social, produzida pela articulação entre discursos médicos, pedagógicos, psicológicos e jurídicos e por processos sociais, econômicos e políticos, o que contribui para sua politização na contemporaneidade (Meyer, 2005). Nesse sentido, não há uma experiência única de maternidade, pois ela é atravessada por fatores socioeconômicos, raciais e de classe.

Historicamente silenciadas, muitas mulheres veem no ingresso no ensino superior um caminho de emancipação. No Brasil, o principal dispositivo legal que assegura direitos às estudantes grávidas é a Lei nº 6.202/1975, que garante o regime de exercícios domiciliares a partir do oitavo mês de gestação, por um período de até três meses, podendo ser ampliado mediante atestado médico (Brasil, 2016). Na UESB, essa é a única política legalmente assegurada às estudantes gestantes nos três campi, enquanto outros auxílios dependem de critérios socioeconômicos, como os programas PRAE e Mais Futuro.

A inexistência de auxílios estudantis específicos para mães universitárias na UESB contribui para a evasão acadêmica decorrente da maternidade, evidenciando a necessidade de ações institucionais de acolhimento. Experiências de outras universidades federais, como o auxílio-natalidade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a bolsa-maternidade da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), embora insuficientes para suprir integralmente as demandas da maternidade, representam avanços importantes na redução das desigualdades no ambiente universitário (Evangelista, 2023).

A maternidade, socialmente estereotipada, impõe padrões e expectativas que desconsideram a diversidade de contextos vividos pelas mulheres. Conforme Meyer (2005), a responsabilização individual da mulher-mãe pela criação dos filhos constitui um processo de politização da maternidade, que ignora as condições sociais e intensifica a sobrecarga feminina. Para estudantes mães em situação de vulnerabilidade social, essa realidade se agrava, devido à conciliação entre maternidade, trabalho e estudos, resultando em jornadas múltiplas e desgaste físico e mental.

Diante disso, cabe à universidade promover políticas e práticas de acolhimento às mães universitárias, por meio de auxílios estudantis, apoio psicológico e ações pedagógicas inclusivas, respeitando as singularidades e trajetórias dessas mulheres e fortalecendo redes de apoio que favoreçam sua permanência e sucesso acadêmico.

## **Políticas de auxílio à criança**

O auxílio à criança constitui um fator fundamental para a permanência da mãe universitária, que frequentemente enfrenta jornadas duplas ou triplas de trabalho. A dificuldade de conciliar maternidade, estudos e trabalho leva muitas mulheres a interromperem sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, a criação de creches universitárias configura-se como uma estratégia essencial de acesso e permanência, sendo um direito assegurado às mulheres, às crianças e às famílias pela Constituição Federal de 1988, pela LDB e pelo ECA (Soares; Dias, 2018). Na UESB, as creches foram implantadas em 1992 e estão presentes apenas nos campi de Vitória da Conquista e Jequié, atendendo servidores e discentes da instituição.

A ausência de creche no campus de Itapetinga, único da UESB sem esse serviço, evidencia a violação de um direito fundamental das mães universitárias. Segundo Soares e Dias (2018, p. 17), “[...] a inexistência do direito à creche dificulta a permanência das mulheres-mães na universidade, diante da sobrecarga de múltiplos papéis sociais, como mãe, estudante, trabalhadora e dona de casa”. Sem apoio institucional, muitas mães são obrigadas a abandonar os estudos ou improvisar, levando os filhos para a sala de aula, situação frequentemente julgada de forma negativa pela comunidade acadêmica. Assim, a criação de creches deve ser uma luta coletiva, envolvendo toda a universidade, em busca de maior

equidade e justiça social.

## **De repente, mãe: escrituras de estudantes universitárias**

As escolhas feitas ao longo de uma pesquisa não são neutras. Elas carregam sentidos, posicionamentos e, sobretudo, histórias. A escolha dos pseudônimos “Lélia Gonzalez” e “Carolina Maria de Jesus” se integra nesse entendimento, pois vai além do cumprimento das exigências éticas relacionadas à preservação da identidade das participantes. Trata-se de uma escolha que dialoga diretamente com as narrativas desse estudo.

No campo da pesquisa qualitativa, o uso de pseudônimos é amplamente reconhecido como um procedimento ético fundamental (Minayo, 2012). No entanto, neste trabalho, os nomes atribuídos às participantes não agem apenas como instrumento de proteção, mas como elementos que produzem sentido e ajudam a compreender as narrativas construídas. São nomes que carregam memória, luta e resistência, que se entrelaçam diretamente às experiências vividas pelas mulheres-mães entrevistadas.

A pesquisa se fundamenta na perspectiva da escritura, conforme feita por Conceição Evaristo (2020), que compreende a escrita como um ato atravessado pela vida, pelo corpo e pela experiência. Nessa perspectiva, narrar não é apenas relatar fatos, mas inscrever vivências em um campo coletivo de memória e produção de conhecimento. As histórias contadas pelas participantes não são algo individual, pois revelam marcas sociais, históricas e estruturais que atravessam a vida de mulheres-mães no contexto universitário.

É nesse cenário que o pseudônimo “Lélia Gonzalez” ganha significado. Lélia Gonzalez foi uma intelectual negra que construiu sua produção teórica a partir da crítica ao racismo, ao sexismo e às desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, inclusive nos espaços educacionais (Gonzalez, 2020). Sua trajetória evidencia como as mulheres negras são historicamente desafiadas a ocupar espaços que não foram pensados para elas. A participante identificada com esse pseudônimo compartilha experiências marcadas pela conciliação entre maternidade, trabalho e universidade, enfrentando desafios institucionais que tornam sua permanência no ensino superior um exercício cotidiano de resistência.

De forma semelhante, Carolina Maria de Jesus transformou sua vivência como mulher negra, mãe solo e moradora da favela em escrita, registrando o cotidiano da exclusão, da pobreza e da negligência do Estado em Quarto de Despejo (Jesus, 2015). Sua obra revela como a narrativa pode se tornar instrumento de denúncia e afirmação da existência. A entrevistada nomeada como “Carolina Maria de Jesus” apresenta uma trajetória atravessada por múltiplas responsabilidades, sobrecargas e desafios, mas também por estratégias de enfrentamento que possibilitam sua permanência no espaço universitário, ainda que de forma precária.

A utilização desses pseudônimos não busca estabelecer paralelos diretos entre as participantes e as autoras que lhes dão nome, mas reconhecer que suas experiências dialogam com uma história coletiva de mulheres que resistem e produzem saberes. Como destaca hooks (2016; 2018), dar visibilidade às vozes de mulheres negras é um movimento fundamental para tensionar as estruturas que historicamente definem quem pode falar e ocupar espaços de poder. Do mesmo modo, Beauvoir (1980) aponta que a condição feminina é socialmente construída, sendo atravessada por expectativas e desigualdades que recaem de maneira ainda mais intensa sobre as mulheres-mães.

Dessa forma, a escolha dos pseudônimos “Lélia Gonzalez” e “Carolina Maria de Jesus” reafirma o compromisso deste estudo com uma produção de conhecimento situada, sensível às experiências vividas e alinhada à perspectiva da escrevivência. Ao reconhecer que as narrativas das mães universitárias ultrapassam o âmbito individual e se inscrevem em uma trajetória coletiva de luta, permanência e resistência, esta pesquisa cria as condições para uma escuta atenta e comprometida com aquilo que será apresentado a seguir. É a partir dessas vozes, de suas histórias, silêncios e enfrentamentos cotidianos, que este capítulo se constrói, dedicado à análise das narrativas das participantes, permitindo compreender como a maternidade, a vida acadêmica e as estruturas institucionais se entrelaçam no cotidiano dessas mulheres.

### **“São meus filhos, minha vida. Eu não trocaria. Eu abandonaria isso aqui sem pensar duas vezes, por eles.”**

Lélia Gonzalez cursava o 6º semestre de Pedagogia, mãe de dois filhos, um com 2 anos e outro com 6 meses de idade, casada, 31 anos, mora no município de Maiquinique-BA, localizado a 45 km de Itapetinga. Filha de pais separados e por sua mãe biológica precisar trabalhar, sua criação foi depositada aos seus avós.

Por não residir na cidade do campus da UESB em que estuda, Lélia Gonzalez precisa sair de sua residência às 17h30min para estar na Universidade às 19h00min. Ao finalizar sua rotina de estudo, percorre o mesmo traslado, chegando às 00h00min em sua casa. As duas gestações de Lélia Gonzalez foram durante seu existir dentro da universidade. Ela iniciou a graduação em 2019 e, no primeiro semestre, engravidou. Após alguns meses de gestação, devido às dificuldades do traslado entre Maiquinique e Itapetinga, Lélia optou por trancar o curso para preservar o seu bem-estar e o do seu filho.

*Eu tive que optar por continuar faltando às aulas (em razão dos transtornos do traslado e necessidade de estar com meu filho) ou trancar a faculdade e ficar com ele em casa. Optei por ficar em casa, até por conta desse transporte, foi uma época que a estrada estava muito ruim. Eu vinha no início da semana, no final da semana, não conseguia mais vir, por conta das dores que eu sentia e aí eu tive que trancar (Lélia Gonzalez, 2023).*

Essa mobilidade que a entrevistada relatou é um elemento importante para esses estudantes dos municípios vizinhos de Itapetinga terem acesso ao ensino superior público. Entretanto, além dos obstáculos da rota, como a péssima condição da estrada tempo maior de deslocamento, ainda têm o perigo de enfrentar uma estrada diariamente e arriscar suas vidas em vias vicinais precárias.

A falta dessa manutenção das estradas, na época de sua primeira gestação, levava a entrevistada a sentir mais dores no seu corpo, devido a estrada não estar pavimentada adequadamente, e isso foi fator primordial para trancar seu semestre. Priorizando o seu bem-estar e o do seu filho, optou por adiar seu desejo de ter uma graduação. Porém, se essas estradas estivessem com uma estrutura de qualidade, ela não iria precisar trancar, como aconteceu na sua segunda gestação, em que essas estradas estavam com maior qualidade, e ela conseguiu continuar estudando durante seu período gestacional e apenas se afastar com

a licença-maternidade.

Ao ser questionada se já havia pensado em não retornar, desistir da caminhada acadêmica, Lélia Gonzalez relatou que pensou sobre.

*Pensei na época do meu primeiro filho. Foi muito difícil para mim voltar, foi de deixar ele pequenininho, porque assim, não era só 4, 5 horas. Eu trabalhava pela manhã, meu filho dormia à tarde, saía eu só via meu filho 2-3 horas o dia inteiro, só ficava com ele no final de semana. Foi muito difícil para mim, deixá-lo e ter que retornar (Lélia Gonzalez, 2023).*

A vivência dolorosa narrada por Lélia, o desejo de desistir de seus sonhos, são sentimentos comuns na vida de mães, que, sob a responsabilidade dada e subjugada da maternidade, recaem sobre o corpo feminino pesos e frustrações que ocasionam o abandono de seus sonhos, refazem rotas, tomam decisões ora não desejadas, como a “desistência”, priorizando o cuidado da prole.

Da sua travessia maternal, Lélia acrescenta: *Eu desejei me desenvolver mais aqui na UESB, de participar mais nas atividades e de viver a UESB. Só que são meus filhos, minha vida. Eu não trocaria. Eu abandonaria isso aqui sem pensar 2 (duas) vezes, por eles (Lélia Gonzalez, 2023).*

“Viver a UESB”. Essa frase é dita por estudantes, que significa participar efetivamente das atividades que a universidade proporciona. De modo geral, seja em atividades de extensão, pesquisa, viagens/aulas de campo, oficinas, palestras, eventos científicos etc., muitas mães universitárias não conseguem “Viver a UESB”, pois cada momento “livre” é ocupado com a dupla jornada, sobretudo para os cuidados das/os filhas/os, estar presente em suas vidas.

A Universidade exalta a relevância do tripé que a sustenta - ensino/pesquisa/extensão, porém, cabe pensar: A mãe/estudante possui condições para vivência desta tríade? A Mãe-discente Lélia Gonzalez informa que a UESB de Itapetinga não oferta suporte necessário para as mães universitárias, relatando que, se houvesse uma creche, um auxílio destinado para as mães, fomentaria sua permanência nos estudos, qualificaria o seu estar na vida acadêmica e o lograr com mérito a conclusão de sua formação. Cabe ressaltar que a UESB de Itapetinga é o único campus que não tem uma creche infantil, problema evidenciado na presença de mães-estudantes com sua prole em sala de aula. Sobre a ausência desta política, apresentamos a fala da entrevistada:

*Eu acho que falta, sim. Eu moro fora sim, mas eu sei que tem muitas mães que moram aqui não têm rede de apoio aqui. Poderia ter uma creche para colocar os meninos, para as mães poderem trazer, porque eu acho que ambiente de sala de aula de adulto não tem como criança ficar, porque a criança acaba ouvindo muita coisa que não deve, como foi, como aconteceu na minha sala há alguns dias. Então, acho que na UESB falta essa rede de apoio. Eu acho que um financeiro também. No meu caso, eu trabalho. Mas eu tenho dois filhos, o meu salário é o suficiente para a minha família. Quando eu vou no RU eu não tenho como pegar pelos dois reais (valor cobrado para alunos assistidos pelo PRAE) que eles têm, porque eu trabalho, então não posso concorrer a isso. Mas se eu pago 8 reais todos os dias, acaba no final do mês saindo pesado, mesmo para quem ganha um salário mínimo, e aí eu acho que falta um pouco de olhar da UESB para essas questões (Lélia Gonzalez, 2023).*

Outra dificuldade encontrada é a falta de compreensão e empatia de alguns professores com as mães universitárias, e como exemplo, ela relatou um episódio que vivenciou durante seu exercício de atividade domiciliar durante sua licença-maternidade.

*Semestre passado, eu estava em atividade domiciliar, e aí eu acho que os professores têm um descaso enorme com quem está em atividade domiciliar. É você tem que ficar implorando praticamente para o professor te enviar atividade, e aí eu pedi várias vezes para a professora me enviar a atividade. É eu pedi à monitora na época que entrasse em contato com ela, porque a professora não me respondia no WhatsApp. E aí a professora foi me enviar a atividade no dia 23, dia 22, acho que de junho, praticamente São João. Só que tipo assim, eu estava com meu filho, que tinha 15 dias de nascido. E aí, como você propõe uma atividade complexa no final de disciplina para uma mãe com uma criança de 15 dias de nascida e com outra criança de 3 anos. Eu não tinha condição de entregar uma atividade tão rápido quanto ela queria e aí, para complicar mais, o meu filho adoeceu. Meu filho teve bronquiolite, bebezinho, recém-nascido e pneumonia. Eu tive que correr para Conquista. Eu tinha que fazer tratamento com ele em casa. Graças a Deus, ele não precisou ficar internado, mas é, eu precisei fazer tratamento com ele em casa. A gente tinha muito horário para dar medicação, a gente não dormia praticamente, porque tinha que ficar de olho na respiração dele. A respiração dele ficou muito ruim e aí acabou que eu não tive condições de entregar a atividade no prazo que ela queria, e aí? Ela foi, me mandou mensagem. A professora me mandou mensagem assim: “- Olha, vou lançar a nota do Sagres hoje”. Eu falei, expliquei toda a situação e a professora não foi nem um pouco empática. Ela não me respondeu, só me reprovou na disciplina (Lélia Gonzalez, 2023).*

Atividade domiciliar é um direito da gestante, assegurado pela Lei 6.202/75. Esse descaso relatado pela entrevistada mostra que situações assim acabam prejudicando de forma muito grave a mãe universitária, tanto no seu rendimento acadêmico, como emocional. A imprevisibilidade do adoecimento do filho de 2 anos da entrevistada, durante seu período pós-parto, dificultou o atendimento da atividade domiciliar proposta. Fugiu do seu controle de mãe e estudante. A ausência de respeito e empatia docente para com a situação dessa mãe refletiu no abandono da docente por esta vida, desconsiderando sua trajetória acadêmica e ignorando o existir de uma mãe-universitária.

As frustrações de Lélia Gonzalez reverberam na ressignificação da universidade em sua vida. Após sua escrevivência, percebemos o quanto este espaço provocou dores, traumas, violências na vida desta mulher, sendo um fardo existir-se mãe neste espaço. Simbolicamente, as denúncias apresentadas refletem na exclusão velada desses corpos, via o descaso institucional ao não promover políticas de acolhimento, respeito e permanência das mães-estudantes. Assim, nas palavras da nossa mãe universitária, a Universidade perde sua significância, valor, apreço, sentimento afetivo, ao citar: - *Eu abandonaria isso aqui sem pensar duas vezes*. Para Lélia Gonzalez, caso surja a necessidade de parar seus estudos e abdicar do sonho da sua formação, ela não pensará duas vezes, pois, para ela, em primeiro lugar, sempre ficará seu filho.

A segunda entrevistada é a estudante Carolina Maria de Jesus, mãe de quatro filhos, dois maiores de idade, uma com oito anos e o mais novo com quatro anos, solteira e está

atualmente matriculada no oitavo semestre, mas cursa algumas disciplinas do sexto<sup>1</sup>. Ao entrar na universidade, ela já estava no sexto mês da gestação do seu quarto filho. De origem campestre, município de Itabaí (BA) migrou para Itapetinga em busca de trabalho e escolarização para seus filhos. Ela relata que não teve condições de estudar na sua infância devido à proibição do seu pai e cita:

*Meu pai não deixava eu estudar por conta de machismo. Que mulher não podia estudar para não fazer bilhete para homem. E também por necessidade de ajudar na roça. [...] E daí, como tinha essa privação do meu pai, não me deixava estudar, mas eu tinha vontade de estudar, sempre quis estudar. Comecei a estudar quando eu tinha 24 anos, com meus filhos, e até hoje eu não parei. Eu fiz uma prova, na época, era supletivo (Carolina Maria de Jesus, 2023).*

Essa privação que a entrevistada sofria pelo seu pai é fruto do patriarcado da sociedade, sendo ele, na descrição de Correia (2020), como:

Um sistema político-social que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e a todos considerados fracos, especialmente mulheres, que são dotados do direito de dominar e governar os fracos e de manter esse domínio por meio de várias formas de terrorismo psicológico e violência (Correia, 2020).

A entrevistada teve seu direito à educação negado durante toda a infância, e apenas quando engravidou do seu primeiro filho e saiu da casa dos seus pais pôde retornar aos estudos.

*Eu terminei o ensino médio [...]. Eu passei no Enem para fazer uma faculdade, só que os meninos eram pequenos e eu não queria sair da cidade. Então pensei: como começar a faculdade com a criança que tinha 4 meses? Aí, eu desisti de fazer a faculdade e fui fazer curso técnico em Itororó. Eu fiz o curso técnico em administração, eu fiz o cursinho pré-vestibular, ofertado pela UESB, e eu não consegui passar. Acho que, na época, prestei o vestibular para os cursos de Direito e Biologia. Aí, eu não consegui passar e voltei a trabalhar aqui, na UESB, pelo primeiro emprego. [...] Pedagogia não era o curso que eu queria, era seguir a Administração ou Direito, mas como eu já estava trabalhando aqui, era a oportunidade de eu passar no vestibular e continuar o estudo (Carolina Maria de Jesus, 2023).*

Carolina Maria de Jesus entrou na UESB em 2018, grávida do seu quarto filho, e sempre teve dificuldades em conciliar a maternidade com os estudos. Ainda no primeiro semestre, entrou em licença-maternidade e, após retornar para a UESB, relata que, por falta de assistência paterna dos seus filhos e de rede de apoio, sua maior dificuldade era encontrar alguém que cuidasse de seus filhos no período da noite para poder estudar, devido ao horário ser à noite.

---

<sup>1</sup> A discente academicamente está irregular. Condição dada para estudantes dessestrematizados.

*Há muitos semestres eu me matriculava, na esperança de estudar, sem saber se eu ia conseguir alguém para olhar as crianças. Eu já fiquei até um mês ausente, quando as aulas começaram, eu não conseguia vir por que não tinha quem olhasse as crianças (Carolina Maria de Jesus, 2023).*

As dificuldades apresentadas por Carolina de Jesus evidenciam o descaso da instituição por não obter uma creche na UESB de Itapetinga ou um auxílio destinado às mães. Estas ausências prejudicam diretamente a permanência da mãe/estudante, na universidade pública. Há de se pensar na garantia desses direitos, na ruptura da invisibilidade institucional para com essas existências.

A inexistência da creche amplia a sobrecarga da mãe/estudante, e a universidade deveria garantir que esse direito seja cumprido, ajudando essa estudante a permanecer e concluir, afinal, a creche é direito da mulher e da criança. Outra dificuldade encontrada pelas mães/estudantes foi que, durante a pandemia, período em que a UESB optou pela modalidade de ensino remoto emergencial<sup>2</sup>.

Ao retornarmos para o estudo presencial, o cenário de dificuldade segue, pois nada foi feito no plano de política alternativa para mães-estudantes. Elas seguem com suas marcas, suas dores, seus lamentos. Continua Carolina Maria de Jesus tecendo sua escrevivência:

*Então, tenbo dificuldade em fazer faculdade, com criança, já é difícil, e você trabalhando é 2 vezes mais difícil, porque você não tem tempo de fazer atividade na hora que você quer, você não tem tempo de tirar um tempo para você estudar na hora que você quer, então, você só tem aquele tempo na hora que você está na faculdade. É muito difícil. Eu mesmo não vivi a faculdade em viagens. Eu nunca fui em viagens, aulas de campo. Então, eu não vivi a faculdade (Carolina Maria de Jesus, 2023).*

Sobre os reflexos deste sentimento de frustração de Carolina, a pesquisa de Ávila e Portes (2012) mostra que mulheres que concomitantemente trabalham em casa, são mães, possuem emprego e estudam se sentem mais estressadas e ansiosas. Segundo os autores, é desafiador separar e definir limites para os diferentes tempos/espacos e a necessidade de conciliar os estudos, maternidade e trabalho é fonte de estresse, ansiedade e pressão, tornando as mulheres emocionalmente vulneráveis.

Como relatado anteriormente na escrevivência de Lélia González, Carolina também teve dificuldade de acolhimento/empatia/respeito por parte de professores. Cita:

*[...] Na semana em que meus netos morreram<sup>33</sup>, foi em uma quarta e tinha um trabalho para entregar na quinta. Eu não consegui fazer tudo, porque sou lerda pra digitar, pedi para a professora para entregar na sexta, mas ela não deixou. Disse que, se não entregasse, ia me reprovar. Orientou-me a pegar a disciplina em outro semestre, quando*

---

<sup>2</sup> Como alternativa para o cenário incerto causado pela pandemia, o Ensino Remoto Emergencial será implantado na UESB. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) definiu que o semestre letivo 2019.2 retornará, por meio de atividades pedagógicas não presenciais mediadas por tecnologias (UESB, 2020, p. 1).

<sup>3</sup> No curso de sua vida acadêmica, Carolina viveu o luto de perder seus dois netos recém nascidos, em razão da malformação do feto, sendo forçados ao nascimento prematuro. Os gêmeos resistiram alguns dias na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Geral do Estado de Vitória da Conquista, mas por complicação respiratória e outras variantes do quadro clínico, vieram a óbito.

*estivesse bem, para absorver melhor o conteúdo* (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Observemos a não empatia, ausência de respeito da docente para com a situação narrada, negar à aluna o direito da entrega, ou até de garantir a “segunda chamada”<sup>4</sup>, já que ela relatou não conseguir atender ao prazo estabelecido. A atitude reflete o poder, o autoritarismo docente, como sinalizam Carvalho, Tivane e Barbosa (2016, p. 122), mostrando que o docente deixa de ser o mediador da relação professor-aluno por meio da extrapolação do seu poder legítimo, se colocando como superior, anulando o papel que o aluno tem na prática pedagógica.

Quão profundas são as feridas da travessia acadêmica de nossas entrevistadas? Quanto tem sido doloroso para Carolina, Lélia e tantas outras mães-estudantes estar na Universidade. Tinha que ser assim? Qual é o seu real sentido na vida das/os estudantes?

Historicamente, a Universidade foi projetada para enxergar os seus sujeitos do ombro para cima, o “ser intelecto”, aquele que pensa, “opera” na produção do conhecimento, mulheres e homens que pensam. Jamais sentem. Ignoram-se os campos físicos e emocionais deste corpo acadêmico; o cientificismo anula as partes que genuinamente caracterizam esse corpo acadêmico como “humano”. Assim, caminhamos aceleradamente para um quadro caótico de mortes, sangrias, adoecimento de nossa comunidade acadêmica, sobretudo da “discente”, reflexo nos estudos de Rufalo, Rossetto e Wilkon (2022, p. 7) que, ao considerar a razão como o único meio de obter o conhecimento, inviabiliza os diversos papéis vividos pelo sujeito, exigindo que ele seja eficiente e produtivo – o estudante ideal.

As escritas que propus até aqui foram paridas de meu ser, uma mulher-mãe-universitária que conta sua escrevivência em articulação com a história de duas outras mulheres-mães-universitárias. Os diálogos com outras mulheres foram estabelecidos a partir do prisma teórico da mulheridade e metodológico da escrevivência. Talvez produzir essas análises tenha sido a tarefa mais difícil que realizei em minha graduação, por conta do campo de silenciamento que enfrentamos. Das cozinhas, das casas, dos quartos, dos quintais, das ruas, dos becos, das salas de aulas da universidade... para um mundo que é nosso, sendo esse um exercício diário de resistência, que (re)significa a minha existência como mulher-mãe-universitária. A seguir, componho, em minhas últimas palavras, uma carta para meu filho Saulo, como um ato de rebeldia às posturas postas pela academia, que por vezes não nos acolhe.

## **Querido Saulo**

Daqui a alguns anos, você irá ler essa carta e conhecer um pouco melhor as vivências de sua mãe. Escrevo hoje com orgulho da mulher e da mãe que tenho me tornado a cada dia. Mas, para rememorar esses meus passos até chegar a você, preciso te contar sobre minha infância. Como você já sabe, nasci no Rio Grande do Sul e lá vivi boa parte da minha infância. Ela não foi nada fácil, marcada por várias violências sofridas e vivenciadas. Eu era uma

---

<sup>4</sup> Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, poderá ser concedida oportunidade de realizar uma segunda chamada da avaliação, de acordo com a normatização específica, através de solicitação do interessado ao Departamento até 02 (dois) dias úteis após a realização da prova. (art. 129, § 2º do Regimento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2008, p. 26).

criança que não entendia direito o que acontecia, me apegava a raros momentos de felicidade e acreditava que aquilo era bom para mim. Até que, aos nove anos de idade, fui morar com seu avô na Bahia (nossa querida terra) e a partir daí, comecei a viver e conhecer o que de fato era felicidade e amor. Não estou te contando isso para você ficar triste, mas para entender melhor todas as inseguranças que tive quando você nasceu e explicarei sobre elas mais para frente.

Sempre fui uma jovem extrovertida, que adorava dançar, cantar, rir, amar. Conheci seu pai em 2018 e começamos a namorar. Sempre foquei muito no meu futuro, nos meus objetivos, por isso escolhi cursar pedagogia na UESB, para ter uma vida financeira estável. Comecei na universidade em 2019, com 20 anos de idade. Para mim, foi maravilhoso conhecer esse mundo universitário, vivências novas. Até que, em 2020, chegou a pandemia e comecei a estudar remotamente. Sim, foi durante essa pandemia que concebi você.

Primeiramente, te peço perdão por tudo o que passou desde o ventre, sei que ouviu muitas brigas, senti minha tristeza, senti minhas lágrimas. Inicialmente, eu achava que você seria a salvação do meu relacionamento com seu pai, mas hoje percebo que você foi e é, exclusivamente, a minha salvação.

Ainda durante a pandemia, comecei a estudar remotamente; não foi nada fácil. Trabalhar o dia inteiro e à noite assistir aulas online foi um verdadeiro desafio. Todos os sintomas da gravidez, tudo em dobro devido ao mioma que estava no meu útero com você. Além das batalhas internas que eu travava comigo mesma para me aceitar. Eu não me amava mais, não aceitava que meu corpo estava mudando devido à gravidez. Um medo profundo de ser mãe, como eu iria ser mãe? Como eu iria cuidar de você? Minha mãe não cuidou de mim, será que eu vou ser capaz de cuidar de você? Minha gestação foi cercada dessas inseguranças, mas quando você nasceu, percebi que você era a minha salvação, que o amor que eu sentia por você era maior do que qualquer medo e que eu te protegeria de tudo e de todos.

Ao retornar às aulas presenciais, mais um medo: como eu iria deixar você? Trabalhar o dia todo e chegar em casa às 23h, não estava conseguindo acompanhar seu crescimento. Para eu estudar, você ficava com seu pai, mas para ele isso era um favor que estava fazendo para mim. Todos os dias com reclamações, tirando a minha paz. Não podia participar de atividades de campo, por não ter com quem deixar você. Ou ser obrigada a levar você várias vezes para a sala de aula. Por isso, eu tenho certeza de que, se tivesse creche na UESB, iria ser maravilhoso, pois eu poderia assistir às minhas aulas tranquilamente, poder participar das atividades acadêmicas sem culpa.

Além desses desafios, eu, como mulher/mãe/estudante, me via em um cenário em que eu não conseguia conciliar tudo, e isso era muito exigido de mim, principalmente das pessoas que estavam ao meu redor, me julgando e exigindo que eu fosse a mãe perfeita, a mulher perfeita, a esposa perfeita, a estudante perfeita. E não conseguir isso me trazia uma frustração tão grande. Mas, hoje, eu sei que, aos seus olhos, eu sou perfeita, que o amor que eu sinto por você me faz sentir a mulher mais forte do mundo. Ouvir o seu “eu te amo, mamãe” e sentir o seu amor me dá forças para continuar.

Hoje, estou no caminho da minha libertação pessoal. Sei que hoje você não entende por que estamos passando por tudo isso. Porque seu pai não está morando mais conosco. Espero que você não guarde nas suas memórias as brigas e violências que presenciou, os momentos em que não consegui conter o choro na sua frente. Espero que você entenda que

todas as escolhas que fiz foram pensando no melhor para nós dois, na nossa felicidade. Que o amor que eu sinto por você é indescritível, ele me dá força para eu existir e resistir diariamente. Você me salvou de tantas formas, você foi minha luz em meio à escuridão.

E, em meio a tantos desafios, te afirmo, filho, que para a UESB nós somos apenas “mais uma estudante”. Não me sinto acolhida pela universidade, pelos professores, claro que não todos, pois no meu caminhar pude conhecer verdadeiros educadores. Mas a UESB fecha os olhos para nós, mulheres, que precisamos resistir diariamente para permanecer estudando. Isso não é uma realidade só minha, mas de outras mães estudantes, como mostram os relatos de Lélia Gonzalez (2023) e de Carolina Maria de Jesus (2023).

Essa é a motivação da escrita desse trabalho, filho. Mostrar algumas das realidades e os desafios vivenciados por nós, mães/estudantes. Isso, para nós, é um grito de socorro. “UESB, ESTAMOS AQUI, OLHE PARA NÓS”. “Nos dê condições para permanecer nesse lugar, que é nosso por direito. Nos dê condição de proporcionar um futuro melhor para os nossos filhos. Nos vejam como seres humanos e que temos alguém que depende total e exclusivamente de nós.”

A minha história, a de Lélia Gonzalez (2023) e a de Carolina Maria de Jesus (2023) comprovam que, se houvesse assistência (seja por uma creche ou por um auxílio estudantil destinado para as mães), iria fomentar nossa permanência na universidade, melhorando nossa condição de vida acadêmica e tornando esse caminhar mais leve, menos doloroso.

Por isso, filho, luto diariamente por nós, meu amor, e todos esses momentos em que tive que abdicar de estar do seu lado, tendo que ir para a universidade, são para nos proporcionar um futuro melhor. Sei que para você eu sou a mulher/mãe/estudante perfeita e isso me motiva a seguir em frente e a lutar por nós. Sei que estou no caminho certo e um dia você irá entender. EU AMO VOCÊ! VIVO POR VOCÊ.

Com amor, mamãe

## Considerações Finais

Esta pesquisa é um ato político de denúncia. Evaristo (2006) nos alerta: A nossa sobrevivência não é para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. Ser mulher, mãe e estudante universitária é vivenciar em nossos corpos as violências e opressões interseccionadas na organização da sociedade capitalista. O sistema de produção da subsistência, da sobrevivência e da vida para além do trabalho reclama novos modos de sociabilidade e, por consequência, outras perspectivas de produção de conhecimento.

A Universidade precisa olhar para mulheres-mães para além da ótica universalista para então garantir igualdade material para uma garantia constitucional: o acesso e permanência à educação em seus níveis e modalidades para todas as pessoas, considerando as condições históricas que demarcam os papéis sociais de mulheres, mães, trabalhadoras, pobres.

## Referências

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1980.

CARVALHO, J; TIVANE, E; BARBOSA, A. A prática docente na educação superior e o desafio da autoridade sem autoritarismo. **Ensino Em Re- vista**. Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 109-134, jan.-jun. 2016.

CORREIA, C. **Compreendendo o patriarcado, por bell hooks**. Medium, 2020.

EVARISTO, C. A Escrivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (org.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. 26-46.

EVANGELISTA, L. **Conheça os auxílios ofertados pela UFU para as mães universitárias**: instituição possui bolsas destinadas a auxiliar na permanência destas estudantes em seus cursos de graduação. comunica.ufu.br, 2023. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2023/05/conheca-os-auxilios-ofertados-pela-ufu-para-maes-universitarias>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). São Paulo, Zahar, 2020.

hooks, b. Love as the practice of freedom. *In*: **Outlaw Culture. Resisting Representations**. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243–250. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento.

hooks, b. **Mulheres negras moldando uma teoria feminista**. Tradução: Zelinda Barros. Blog Gente Preta: 2016.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2015.

REIS, S. **Ser mãe na universidade [recurso eletrônico]**: uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrízes acerca das políticas de assistência social. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração). Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais: 2017.

SAALFELD, T. **Maternidade e vida acadêmica**: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciência). Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciência. Rio Grande do Sul, p. 15-91, 2019.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. " Escrivivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.

MESTRE, S. de O; SOUZA, É. R. de. “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e70109, 2021.

MEYER, D. E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista gênero**, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

OLIVEIRA, R. C. Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. **Saúde soc.** São Paulo, v. 17, n. 4, Dec., 2008.

PEDRO, C; LUZ, N. **Condições de permanência das mulheres na educação superior:** um estudo bibliográfico. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12. Florianópolis: 2021.

RUFALO, F; ROSSETTO, E; WILKON, N. **O adoecimento psíquico em jovens universitários.** Revista Tempos e Espaços em Educação. Sergipe, v. 15, n. 34, p. 7-10, 2022.

SILVA, C. **As escrituras de um LGBTQIA+:** reflexões sobre gênero e sexualidade na Educação Física. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física). Universidade Estadual do Paraná. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Paraíba, p. 12-13, 2022.

SOARES, B; DIAS, M. **Creches nas Universidades:** Um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes–mães na graduação. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, p. 1-17, 2018.

WESTIN, R. **Para lei escolar do império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos.** Senado Federal. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 12 out. 2025.

YANNOULAS, S. C. **Mulheres e Ciência.** Série Anis, n.47, p. 1-08, mar. 2007.